

POLÍTICA ECONÔMICA

Reservas cambiais podem financiar déficit

por Cláudio Saffatle
de Paris

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, admitiu ontem como "perfeitamente natural e compreensível" a possibilidade de o País usar uma parte das reservas cambiais para financiar o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos, estimado em até 2% do PIB neste ano, (ou cerca de US\$ 10 bilhões). "Faz uma enorme diferença chegarmos ao final do ano com um déficit em transações correntes crescente ou decrescente, em um superávit comercial crescente ou decrescente. Importante é a tendência. Se tivermos um déficit em conta corrente de até 2% do PIB, mas em processo de declínio, não há problema algum. Não devemos nos pautar pelo calendário gregoriano nem por cálculos simplórios, de tomar o déficit comercial de um determinado mês e anualizá-lo", insistiu o ministro.

Malan, que esteve ontem com o presidente do banco central da França, Jean-Claude Trichet, e na última segunda-feira com o presidente do Bundesbank, Hans Tietmeyer, em Frankfurt, fez a ambos duas propostas para criação de mecanismos de proteção a eventuais ataques especulativos contra determinadas moedas, como ocorreu no México e, em menor proporção, na Argentina.

As sugestões do ministro da Fazenda são de que países "relevantes do mundo em desenvolvimento", como o Brasil, possam participar do sistema de troca de informações hoje restrito aos bancos centrais dos países industrializados, para melhor avaliação das tendências do mercado financeiro internacional. Quer, também, que o Fundo Monetário Internacional (FMI) crie uma "facility" (uma espécie de "janela") para responder de maneira rápida "a ataques especulativos" contra uma ou outra moeda, nos mesmos moldes do General Agreement to Borrow (GAB) que existe para os países ricos, no âmbito do FMI. "Os países industrializados têm cerca de 17 bilhões de DES (direitos especiais de saque) para uso eventual, em situações de

dificuldades cambiais", explicou o ministro, depois do encontro com Trichet.

Malan fez questão de salientar, mais de uma vez, que essas propostas, feitas por ele em nome do governo brasileiro, não decorrem de nenhum temor do País, motivado pelas crises do México e da Argentina. "Essas são posições que o governo já vem defendendo de maneira informal, em conversas bilaterais, há dois anos e que continuaremos defendendo, sem nervosismo nem pânico, ao longo dos próximos meses. Será, assim, uma proposta que o governo brasileiro deverá levar à reunião do Comitê Interino do FMI, em fins de abril, em Washington.

Propostas não decorrem de nenhum temor do País

Na avaliação do ministro da Fazenda, que encerrou ontem a viagem a Paris, "ambos (Tietmeyer e Trichet) foram receptivos às idéias e acho que essas conversas terão desdobramentos no futuro próximo". Não são propostas de rápida maturação. Fazem parte do que Malan chamou de "diplomacia financeira", que demandam tempo: "Foi assim em 1987 e 88, quando o governo brasileiro começou a falar sobre mecanismos de redução do estoque da dívida externa e dos serviços. Parecia algo totalmente sem perspectivas, mas continuamos insistindo no tema e em 89 passou a ser uma tese aceita e terminou incorporada ao Plano Brady."

O que Malan quer é que o Brasil seja incluído ao sistema de permanente troca de informações entre os bancos centrais dos países desenvolvidos (o Grupo dos Sete) sobre eventual descoordenação de políticas macroeconômicas, sobre os movimentos de capitais e efeitos indesejáveis na taxa de câmbio. "São mecanismos informais, que levam os bancos centrais a, sem

alarde, fazerem intervenções nos mercados e gostaríamos de ser incluídos nesse contexto, de maneira gradual e progressiva", disse.

Outro aspecto do mesmo problema é mais controverso. "A criação de uma 'facility' no FMI já está em discussão há mais tempo, é anterior à crise do México, e permitiria que o Fundo Monetário pudesse contrarrestar ataques especulativos contra determinadas moedas, contra movimentos de fuga de capitais, desde que não existam razões para isso em erros nos fundamentos". Se estes estão errados, não há nada a fazer. Mas se os fundamentos estão corretos, se justifica a ação de uma entidade internacional, para abortar o pânico (de um ataque especulativo) no seu nascedouro."

Essa seria, na ótica do ministro da Fazenda, uma alternativa à montagem às pressas de pacotes de ajuda,

como os agora feitos para o México e a Argentina. "O que estamos propondo é algo semelhante ao que fizemos no Banco Central, com o acesso mais automático dos Bancos ao redesconto de liquidez. Já existe um contrato padrão, com suas cláusulas, exigências de garantias, que torna o processo mais rápido."

BC recompra cerca de US\$ 2,5 bilhões das reservas

Há, portanto, controvérsias sobre a criação dessa "rede de proteção" aos países em desenvolvimento "mais relevantes", co-

mo qualifica Malan ("e não precisamos pedir desculpas a ninguém por nos considerarmos relevantes", observou). Existiriam duas vertentes, segundo explicou: "Os que acham que é melhor prevenir do que remediar, e entre estes estamos nós; e os que estão no pólo oposto, e acham que o que não está quebrado não se conserta, disse, (citando um provérbio inglês)". Ou seja, de que é melhor esperar que a situação de crise se configure para depois agir, pois criar facilidades a priori poderia induzir os governos a se descuidar de suas políticas econômicas.

Um terceiro aspecto da conversa de Malan com os presidentes dos bancos centrais da Alemanha e da França foi, segundo o ministro, a necessidade de uma discussão, de antemão, da agenda da reunião do FMI no final de abril próximo,

"para evitar o que ocorreu na reunião do ano passado, em Madri, quando os ministros do G-7 chegaram com uma posição pronta na questão da alocação de direitos especiais de saque ao Leste europeu, causando ruídos", conforme relatou.

Malan confirmou que nos três dias posteriores à confusão gerada pelo regime cambial anunciado no último dia 6, o Banco Central recomprou cerca de US\$ 2,5 bilhões das reservas cambiais gastas. Não citou o valor das reservas agora, mas garantiu que elas são mais do que suficientes para o País enfrentar as saídas de capitais. Também admitiu que o País poderá ter que usar um pedaço das reservas para cobrir o déficit em transações correntes, como um processo absolutamente "natural", assinalando, ainda, que "nenhum país do mundo entra em pânico quando as reservas cambiais caem um pouco. O problema é a capacidade de analisar a natureza dos problemas que estão levando àquela queda". De outra parte, disse, "quando acumulou-se reservas diziam que era um absurdo, pois há custos para ter reservas. Quando vamos usá-las, critica-se. Ora, reservas não são para ser entesouradas".

O ministro da Fazenda insistiu na normalidade das contas de comércio do País. "As exportações estão indo muito bem e com o sistema de bandas cambiais, vão melhorar muito. Quanto às importações, não adianta olhar para trás. Já fizemos as correções (tanto para desaquecer a demanda quanto para encarecer as importações) e vamos ter um superávit comercial neste ano. As medidas produzirão efeitos e muita gente vai 'micar' com certas importações feitas contando com o crescimento da demanda", previu.

Para ele, o que realmente importa, nas contas externas, é a "tendência". O passado, lembrou, "é irrevogável, na vida dos países e na vida das pessoas". Certamente, a balança comercial não mais produzirá superávits na casa dos US\$ 13 bilhões, "mas será um saldo crescente e expressivo. E é isso que devemos olhar", concluiu Malan.